

Comissão prova desvio de verba

Os deputados João de Deus Antunes e Daniel Silva ficaram com parte dos recursos de subvenções destinadas a Ação Social Evangélica, em Porto Alegre (RS), e à prefeitura de Imperatriz, no Maranhão, respectivamente. O próprio deputado João de Deus admite que os 64 milhões de dólares destinados a entidade, 12 mil foram depositados em sua conta na agência do Banco do Brasil na Câmara dos Deputados. "Foi para ressarcir despesas que já tinha realizado", defendeu-se. Por sua vez, a conta do deputado Daniel Silva recebeu 29 mil dólares parte de uma verba que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinou à prefeitura de Imperatriz. A descoberta destes dois casos está preocupando os integrantes da CPI, pois a investigação feita nas entidades foi aleatória. "A investigação foi por amostragem e temos que refletir muito sobre isso", disse o vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS).

A CPI também decidiu ontem que as oito empreiteiras citadas pelo economista José Carlos Alves dos Santos como envolvidas no escândalo de corrupção serão ouvidas inicialmente pelas subcomissões e só depois, se for necessário, prestarão depoimento ao plenário da comissão. Estão nesta situação a CBPO (do grupo Norberto Odebrecht), a Tratex, a CR Almeida, a OAS, a Queiroz Galvão, Cowan, Andrade Gutierrez e a Servaz, que será chamada novamente.